



MEDICINA E EDUCAÇÃO ESPECIAL: RELAÇÕES DE SABER-PODER NO CENÁRIO DA INCLUSÃO ESCOLAR

Letícia Angélica Da Silva (leticiaangelicamed@gmail.com)
Washington Nozu (wcsn1984@yahoo.com.br)

A Educação Especial é tida como uma proposta diferenciada, para atendimento educacional às necessidades e particularidades de determinados grupos sociais, constituída por saberes de variadas áreas do conhecimento, como a Educação, a Medicina, a Psicologia, entre outros. Entretanto, a Medicina, por meio de laudos e diagnósticos de classificação da condição dos sujeitos, bem como da prescrição de encaminhamentos/atendimentos, tem exercido um papel hegemônico desde as origens da Educação Especial. Nessa perspectiva, a presente pesquisa objetivou analisar as influências do saber médico no cenário da inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação, considerados Público-Alvo da Educação Especial, sobretudo no direcionamento para os serviços de apoios especializados. A metodologia partiu da abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com uso de estudo documental e bibliográfico – textos político-normativos sobre o conceito de deficiência e de Educação Especial, manuais classificatórios adotados internacionalmente na prática médica, teses, dissertações, artigos e capítulos de livros referentes à temática proposta. Os resultados indicaram que a deficiência não deve ser entendida como uma doença, uma vez que confere à patologia o aspecto temporário e transitório, e, simultaneamente, projeta um caráter de incurabilidade à deficiência, excluindo todos os aspectos sociais intrinsecamente envolvidos. Além disso, o modelo biomédico, amparado pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), prioriza o olhar biológico com enfoque na limitação do indivíduo para justificar as desigualdades sociais. Em contrapartida, entende-se que o modelo social compreende a deficiência de forma holística, considera a funcionalidade da pessoa com deficiência, amparado pela análise das desvantagens da organização social, a partir de uma avaliação biopsicossocial. Quanto as nomeações, conceber o outro como anormal, confere a ele o entendimento como desviante, tendo como consequência a invalidez da sua própria identidade e das suas diversas formas de existir, assim como há a anulação da sua condição humana. Ainda, a principal crítica é atribuída ao uso tão somente de instrumentos clínicos padronizados que se encontram fora da realidade escolar, para determinar as necessidades educacionais especiais dos estudantes, sem considerar os aspectos pedagógicos, sociais e culturais. Concluiu-se que o saber médico, mais do que normalizar, deve entender as condições biológicas, a realidade social e o estado psicológico do deficiente, em consonância ao trabalho colaborativo e os mecanismos educacionais desenvolvidos pela equipe multiprofissional. Entender a diversidade é conceber uma visão global, transcender o pensamento unilateral e respeitar as necessidades de cada pessoa com deficiência. Agradecemos ao CNPq pela concessão de Bolsa de Iniciação Científica que oportunizou a realização deste trabalho.